

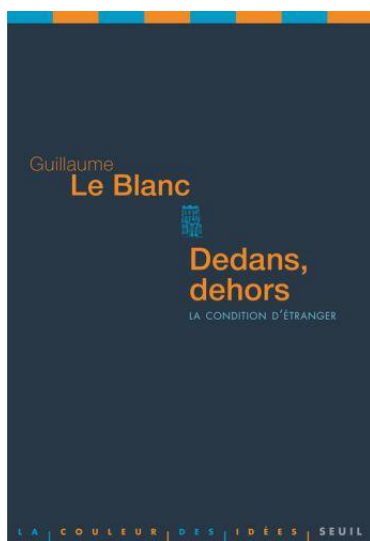
LE BLANC, Guillaume. *Dedans, dehors: la condition d'étranger*. Paris: Seuil, 2010. 224p.

Izabel Galvão *

* Université Paris 13/Nord

Guillaume Le Blanc nos apresenta um apaixonante trabalho crítico a respeito da condição do estrangeiro. Inscrevendo sua reflexão filosófica na atualidade social e política, analisa toda a carga negativa associada aos qualificativos que servem para designar os imigrantes quando são percebidos como um problema social. O autor dialoga com a perspectiva pós-colonial de autores como Judith Butler – a quem a obra é dedicada –, Joan Scott, Stuart Hall, Homi Bhabha, assim como com as fontes francesas dessa abordagem, especialmente Foucault e Derrida.

Os três primeiros capítulos se concentram no esclarecimento dos processos de produção do estrangeiro, mostrando o poder performativo da linguagem. Os três últimos capítulos procuram determinar a capacidade de ação de pessoas colocadas nessa condição. Através de uma reflexão ao mesmo tempo engajada e rigorosa, Le Blanc faz com que surjam novos sentidos do estrangeiro, por meio dos quais essa condição deixa de ser uma designação atribuída àqueles de quem se quer manter distância para se tornar uma abertura racional a todos os outros, dentro e fora de si mesmo.



O estrangeiro é menos alguém do que um modo de ser atribuído a alguém, em virtude de uma operação de marginalização que constrói a qualidade de desviante. As designações injuriosas (vigarista, marginal, imprestável etc.) produzem um processo de alterização que fabrica a condição de estrangeiro e transformam aqueles que são assim designados em uma maldição social. Essas operações de designação têm efeitos sobre a experiência do indivíduo: criam um estatuto precário e encurralam o indivíduo na invisibilidade.

Trata-se de um processo de desumanização ligado a processos sociais e políticos sofridos pelos imigrantes em uma situação de não-direito propícia à exploração. Essa desumanização se institui como um conjunto de déficits muito concretos que operam por meio da recusa de modalidades importantes da humanização, tais como o acesso a um trabalho legal, o acesso à documentação, o acesso a uma nacionalidade, a uma cidadania política.

Colocadas nos interstícios precários do vácuo, as pessoas reduzidas a essa condição são relegadas à fronteira da vida social, nem totalmente dentro, nem totalmente fora dela. Elas se encontram no meio de lugar algum, em um sem-lugar permanente. O olhar da sociedade sobre o imigrante – para a qual ele é sobretudo um imigrante que constitui um problema – amalgama o emigrado na lógica do imigrante e o considera apenas em função das normas do país de destino, reduzindo-o a um “sujeito da falta”. Ou então o reduz a imagens estereotipadas de sua cultura e de sua língua original. Por conseguinte, ele se torna duplamente estrangeiro, por frequentemente estar em debate com seu próprio grupo de origem e as posições econômicas, sociais e culturais que o caracterizam; o imigrante também se torna estrangeiro no país do qual ele provém.

O estrangeiro é aquele cujos marcadores biográficos – múltiplos mas incessantemente retraduzidos como marcadores étnicos – são considerados como heterogêneos à narrativa nacional. Ao conceber a nação “em gênero”, Guillaume Le Blanc demonstra que as ficções nacionais precisam de identidades estrangeiras, julgadas não compatíveis com a identidade nacional, para se estabilizarem. Elas produzem identidades essencializadas, chapadas, em contraposição às quais a identidade nacional se destaca de um modo mais claro e tranquilizador. As fronteiras entre o “nós” nacional e os outros são atualizadas permanentemente por jogos de poder que as transformam em uma linha interior, em um recurso psíquico. A interiorização das fronteiras constrói a normalidade do sujeito-cidadão. Vinculadas à psicologia individual, as fronteiras interiores também respondem à necessidade de coesão psíquica, ao nosso medo de nos deixarmos transformar pelo outro, de sermos absorvidos por ele: elas permitem afastar os estrangeiros que cada um possui dentro de si, distanciar os nossos pequenos outros – nossa sociedade interior – para com eles constituir estrangeiros.

O estrangeiro não é apenas uma designação, ele também é uma potencialidade de vida. A subjetividade da vida estrangeira se desfralda no “texto privado”, no qual são desenvolvidos diversos recursos culturais, táticas, marcados pelas culturas de origem e transformadas pela situação de distanciamento

e de designação e pelas necessidades da astúcia e da dissimulação. Os “subalternos”, ao serem privados dos meios reconhecidos para agir e para viver, recorrem particularmente à improvisação.

As hipóteses de Joan Scott sobre o poder em termos de discurso público e de discurso oculto são particularmente fecundas para retomar algumas especificações do estrangeiro como “ser da falta”. Do ponto de vista dos “subalternos”, o texto oculto amarra a servidão e o desejo: ele responde à necessidade vital de resistir na dominação mas também ao desejo de viver apesar da dominação. Essas duas dimensões definem uma subcultura e representam, para os dominados, a possibilidade de uma crítica das relações de poder às quais estão sujeitos, ainda que elas não sejam suficientes para transformar, por si sós, essas relações.

Essas formas de vida são remetidas à invisibilidade pelas formas de vida dominantes, mas elas não se deixam transformar em totalmente invisíveis, elas se introjetam como vida estrangeira no espaço nacional. Com elas, são inventadas novas figuras que podem ser figuras mestiças, híbridas, figuras minoritárias, portadoras de diferenças culturais. Fato vital, a hibridação é responsabilidade sobretudo dos subalternos, na medida em que o exercício do poder se baseia sobretudo na separação e na distinção. Ela revela poderes de ação que criam rizomas, que desestabilizam as identidades nacionais e mais amplamente todas as identidades ocidentais construídas com base no modelo do Estado-nação.

A valorização da hibridação é incompatível com a assimilação enquanto resposta política. A lógica da assimilação pressupõe que a voz dos estrangeiros pode ser apagada – e, junto com ela, a narrativa de sua vida – em proveito da autoproclamada voz da nação. A consideração dos recursos utilizados no texto oculto obriga a ampliar as fronteiras da política para além das atividades *declaradas* como políticas, fortemente enquadradas por uma pesada aparelhagem institucional, que integram as atividades *infrapolíticas*. A luta pela visibilidade é o problema político mais importante para as vidas invisíveis.

Além da dimensão política, o trabalho crítico de Le Blanc inspira nele um posicionamento ético. Este é declinado em uma reflexão sobre as práticas sociais relativas aos “subalternos” e sobre as relações com o outro de um modo mais geral. O autor propõe que se conceba o “cuidar” como uma prática ordinária de hospitalidade (em contraponto à hospitalidade concebida por

Derrida como encontro extraordinário) e evidencia sua importância como dispositivo que cria nichos no espaço da nação, onde não se trata de criar o estrangeiro, mas de acompanhar o poder de ação das pessoas que foram postas em situações de maldição social (procurando, ao mesmo tempo, fazer com que as hibridações e as subculturas não sejam intrinsecamente violentas).

Esse posicionamento ético se baseia na hipótese da existência de um vínculo estreito entre a afirmação de uma ordem dos discursos exclusivos, a desumanização das vidas estrangeiras e a luta contra a perda de si mesmo. Essa hipótese permite compreender a relação entre o olhar dirigido para o estrangeiro e o olhar dirigido para si mesmo, seja no registro coletivo da nação, seja no registro individual. Somente então a condição do estrangeiro adquire plenamente um novo sentido: trata-se de tornar possível um encontro furtivo entre seus outros e os outros. A condição de estrangeiro torna-se então o acolhimento dispensado aos outros, a todos os outros: aqueles que são designados como estrangeiros ou que designam a si mesmos como tais (em razão de terem sido remetidos a uma identidade negativa de “mau gênero”) e à sociedade de outros que cada um acolhe dentro de si mesmo. Aceitar a multiplicidade que cada um possui dentro de si mesmo equivale a se colocar na condição de estrangeiro: não no lugar do outro mas no lugar de ser com os outros.

A leitura dessa obra confirma, por fim, a inscrição da pesquisa em uma dimensão ética e política. A partir da pesquisa biográfica, trata-se de procurar compreender os efeitos das designações sobre a experiência dos indivíduos postos na condição de estrangeiros, mas sobretudo de compreender os recursos que esses sujeitos criam para enfrentar esses mecanismos de dominação. Isso implica em dar voz e visibilidade a essas pessoas frequentemente submetidas a uma proibição narrativa. A exemplo das narrativas alternativas propostas pela literatura, pelo cinema, pela música, as descrições compreensivas produzidas pela pesquisa podem contribuir para o bloqueio das designações estereotipadas e da ilusão de uma normalidade social considerada unívoca.

TRADUÇÃO

Nicolás N. Campanário